



PREFEITURA DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO Assessoria Técnico-Legislativa

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900
Telefone:

Ofício ATL SEI nº 158001211

Ref.: Ofício SGP-23 nº 451/2026

Senhor Presidente,

Por meio do Ofício acima referenciado, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 784/24, de autoria dos Vereadores Dra. Sandra Tadeu, Dr. Milton Ferreira, Edir Sales, Sandra Santana, Sansão Pereira, Silvinho Leite e Thammy Miranda, aprovado em sessão de 29 de abril de 2026, que *Cria os Centros de Exames da Mulher no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências*.

Embora reconhecendo o mérito da iniciativa, o Projeto de Lei aprovado não possui condições de ser sancionado em sua integralidade, devendo ser vetado o artigo 7º, na conformidade das razões a seguir explicitadas.

O artigo 7º do Projeto de Lei prevê o prazo de 90 (noventa) dias para que o Poder Executivo regule a Lei.

Ao fixar prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei aprovada, o dispositivo apontado acaba por avançar sobre a competência privativa e indelegável do Prefeito de expedir decretos regulamentadores, conforme previsto no art. 84, inciso IV, da Constituição da República, aplicado por simetria aos Municípios.

O decreto é o instrumento essencial do Executivo para executar fielmente as leis, detalhando-as para que se tornem operacionais, e a determinação do momento oportuno para sua edição, que depende da avaliação da disponibilidade orçamentária, estrutural e técnica, insere-se integralmente no juízo de conveniência e oportunidade da Administração. Por isso, ao impor um prazo, a propositura interfere diretamente na organização interna e na gestão administrativa do Município, pois desconsidera as condições reais de aplicabilidade da Lei, desequilibrando a harmonia entre os Poderes.

Ademais, o dispositivo carece de eficácia jurídica na medida em que inexistente previsão de sanção para o eventual descumprimento desse prazo, tornando inócua a obrigação imposta pelo art. 7º do texto aprovado.

Bem por isso, a imposição de um prazo de forma apriorística, sem o conhecimento das reais necessidades da máquina administrativa, aumenta o risco

de uma regulamentação falha, incompleta ou inexecutável, comprometendo a eficácia da própria lei e, conseqüentemente, o interesse da população paulistana.

Ante o exposto, evidenciada a motivação que me conduz a apor veto ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 784/24, e com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa Legislativa, renovando a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

RICARDO NUNES

Prefeito

Ao

Excelentíssimo Senhor

VEREADOR RICARDO TEIXEIRA

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo



Ricardo Luis Reis Nunes
Prefeito(a)

Em 25/05/2026, às 13:17.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **158001211** e o código CRC **ECEB2C65**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
6010.2025/0001318-7

SEI nº 158001211